

La science théorique pure doit toujours précéder la science appliquée. Mais sans porter préjudice à des études plus approfondies, la science doit toujours être consciente de sa dette envers l'homme et la société.

(Hjelmslev, *Essais Linguistiques*, p. 104)

A LEITURA
DO POÉTICO,
questões de
semiótica e
de método

É possível estabelecer de modo indiscutível a existência de línguas enquanto sistemas de signos ou *conjuntos significantes* (cf. *Sém. Str.*, 13) sobre bases teóricas firmadas ou em via segura de o serem. Com uma condição. A de que se aceite a percepção como ponto de partida. Sobre essa base epistemológica, o conhecimento que se tem hoje das realidades fonológicas e prosódicas, no que toca ao plano da expressão, e morfosintáticas e semânticas, no tangente ao plano do conteúdo, ainda que em parte empírico, pode já ser colocado, sem apriorismo, como fundamento lingüístico formal insofismável de qualquer idioma. Dir-se-á então, empregando um termo já consagrado pela reflexão atual, que é viável uma metalinguagem tendo por objetivo as várias línguas naturais e não esta ou aquela em particular. Isso é tanto mais compreensível quanto já se vê a possibilidade de conduzir as operações com vistas a um tal conhecimento segundo certas exigências do saber capazes de manter afastadas as conclusões impressionistas ou como quer que seja parciais. Esses requisitos de validade para a ciência, pois é disso que se trata, são assim descritos por Greimas no que diz respeito à semântica: *ela [a semântica científica] só pode ser concebida como sendo a reunião, por intermédio da pressuposição recíproca, de duas metalinguagens: uma linguagem descritiva ou translativa, em que as significações da língua objeto poderão ser formuladas, e uma linguagem metodológica capaz de definir os conceitos descritivos e de verificar a sua coesão interna.* (*Sémant. Str.*, 15). E logo em seguida: *Se é verdade que a existência de uma linguagem metodológica autoriza o estudo semântico no interior de uma dada língua natural, não parece certo seja ela suficiente para colocar a semântica acima das línguas naturais. Esse nível terciário que constitui a semântica metalinguagem científica deve por seu turno ser construído por dedução, e não por indução.* (*ibid.*, 16).

Aiceu
Dias
Lima

Pouco importa haja muitos e fortes obstáculos a esse ideal, provenientes quer do próprio objeto de estudo, que é de natureza discursiva e está portanto em risco contínuo de se confundir com o discurso que pretenda descrevê-la, quer dos hábitos de pensar, dos quais dificilmente os homens se desprendem, sem contar com as resistências e preconceitos que levam os estudiosos de um determinado domínio a tomarem atitude defensi-

va uns contra os outros e a considerarem as novas idéias sobre o assunto de sua escolha não pelo que tenham de completar com as suas próprias deseobertas e sim como redundâncias, quando não como puras idiotices. Sejam quais forem as dificuldades, não é concebível se construa uma ciência, seja qual for, sem um esforço decidido para alcançar esse ideal. Isso significa que pelo menos no caso específico da ciência da linguagem, ele já tenha sido atingido plenamente, nem sequer que o venha a ser um dia, mas simplesmente que todo o progresso dessa ciência, como o de toda a ciência, aliás, é solidário da luta constante por consegui-lo.

É de toda conveniência insistir em que:

1. Do ponto de vista da comunicação, a linguagem conotada surge não quando o linguista a toma por objeto das suas indagações, mas quando um usuário qualquer, destinador ou destinatário, conscientemente ou menos, pouco importa, se utiliza de um código já existente, mas de tal forma que nova (s) informação (s) venha à tona. Nova em relação à informação que aquele código já existente, considerado como tal, veicula por força exclusiva do sistema sintático-semântico e léxico a que pertencem os seus signos, descontada, é claro, a situação (pragmática) que envolve cada vez a sua utilização. É evidente que se uma nova significação passa a existir é porque um novo sistema de significação entrou em funcionamento, conforme o princípio - aqui considerado indiscutível - de que não há significado sem significante que o conforme e torne apreensível aos sentidos e à mente. A consequência disso que talvez se possa chamar predomínio do paradigmático sobre o sintagmático no que diz respeito à linguagem conotada é que esse fato a aproxima do individual, o que é explicitado por Hjelmslev, ao escrever: *Quanto à semiótica individual (o grifo é meu) em contraste com as outras, sabemos que o teórico linguista a prevê em seu cálculo como um tipo possível de estrutura. (Prolegómenos, 161)*. Mas o *individual* que se pode identificar sob os signos da linguagem denotada servindo de expressão a uma linguagem de conotação é do domínio do ideológico e presta-se como tal à análise das relações entre indivíduo e sociedade. Estas só interessam às ciências que têm como objeto a sociedade e a sua descrição. (Cf. *Du Sens*, 100). O semioticista, ao invés, busca descrever a linguagem, poética ou não, enquanto sistema de significação, além de que, no poético, a relação é do indivíduo para o humano, que é da ordem do utópico, mais ainda, do nítido, do universal em suma, e não do indivíduo para o social, pois este, mesmo como estrutura formal, compreende sempre algum grupo particular, por mais numeroso que seja. O linguista portanto procura os princípios estruturais (cf. *Sèmant. Str.*, 18—29) não do individual e sim do processo organizador

do poético enquanto discurso portador de uma significação que lhe é inerente e só em parte e de modo aproximado traduzível em linguagem denotada como efeito de sentido, isto é, como substância do conteúdo (cf. *La Stylistique*, 120). Mas a ação do linguista não deve de modo algum limitar o poético, o que fatalmente acontecerá se ele for analisado por qualquer dos seus aspectos sociais. Com essa afirmação, não se pretende julgar ou prejudicar quanto à eficácia das formalizações feitas pelos sociólogos, mas simplesmente lembrar que elas são sociológicas e não semióticas. Os resultados obtidos por métodos da Sociologia, contanto que Sociologia, são verdades sociológicas, vale dizer comprováveis pelos critérios dessa ciência. Da mesma forma, os resultados alcançados por via semiótica são realidades semióticas e não de outra natureza. Constatar o sociólogo em nome das atividades da Semiótica seria tão insensato quanto pedir ao geneticista, por exemplo, que dirima, enquanto geneticista, questões de Teologia. O equívoco está, parece, na falta de objetos corretos e suficientemente definidos. So esse aspecto, o erro tem sido maior por parte de quem pretende trabalhar com as letras, com aquele acervo cultural a que a tradição escolar houve por bem chamar Literatura. O preconceito existe sem dúvida de lado a lado, e o mais adequado seria talvez não falar por enquanto nem em teoria nem mesmo em literatura, mas, apenas, em história, sociologia, semiótica dos discursos narrativo, poético, filosófico, etc. Os enganos têm sido numerosos também por causa da pouca importância concebida a certos conceitos, como os de *forma* e *substância*, conforme sugeriu Saussure e conforme reiterou, depois dele, Hjelmslev (Cf. *Prolegómenos*, cap. XI, p. 111 especialmente), de quem seja lícito transcrever, por seu alcance, esta passagem: *Visto que a formação lingüística do sentido é arbitrária, isto é, não está baseada no sentido e sim no princípio concreto da forma e em suas conseqüentes possibilidades de realização, estas duas descrições - a lingüística e a não-lingüística - deverão ser empreendidas independentemente uma da outra.*

2. Formalizando, pode-se dizer, sempre com Hjelmslev (*Prolegómenos*, cap. XIII), que expressão e conteúdo enquanto funtivos da função signo são solidários entre si e da função que contraem. Assim sendo, a expressão nos sistemas conotados é por um lado logicamente necessária e por outro, uma realidade construída, isto é, só discemível numa operação metalingüística. Isso porque do ponto de vista da manifestação, a única realidade palpável são os signos do primeiro sistema, o denotado. Mais uma implicação aqui:

3. Conquanto distintas, as duas significações, a denotada e a conotada, são ambas realidades culturais e como tais hão de por força se

influenciarem entre si. Assim, toda consideração a respeito do conteúdo conotado terá que levar em conta efeitos de sentido em isotopia com os do plano denotado. Isso não infirma de modo algum a observação de W. Busse, interpretando Johansen, segundo a qual *como não é a significação propriamente dita das palavras que importa na arte verbal, mas essa outra significação que se acha escondida entre as linhas e a que Johansen chamou conotativa, não é por conseguinte necessário que um texto literário seja inteligível do ponto de vista denotativo.* (*La Stylistique*, 120). São propósitos certamente justos, desde que por *significação propriamente dita das palavras* se entenda aquele modo de produção do sentido inerente ao discurso denotado na sua estrutura própria, coerente e eficaz, em que dois funtivos, igualmente desprovidos de qualquer sentido, se unem justamente para fazerem surgir o sentido e exclusivamente para isso (V. problema da *arbitrariedade do signo*). Não resta dúvida de que não é com essa precisão que se fala em isotopia entre os dois signos imbricados, nem a conjunção de semas entre dois planos é jamais integral e tão simétrica que torne possível a superposição isomórfica das duas estruturas. A ser assim, que levaria a distingui-las? Além disso, a reiteração de semas não precisa operar-se em signos imediatamente sucessivos para que constitua uma isotopia. Como quer que seja e ainda que se ponha alguém em guarda contra efeitos de sentidos produzidos nos estritos limites da competência de cada um e em decorrência dela, é difícil na prática encontrar um discurso à base de signos puramente denotados. A polissemia parece ser uma característica de todos os discursos, ao passo que a univocidade só existe em nível metalinguístico, ou seja, é possível isolar uma isotopia e descrevê-la de maneira congruente, exaustiva e tão simples quanto possível (Sobre o assunto, V *Prolegómenos*, cap. III, cap. XXII, particularmente p. 161 e *passim*; V. também *Du Sens*, em especial pág. 93). A interrelação dos planos denotado e conotado, ou a presença dos mesmos semas nos dois planos é válida também à luz da afirmação segundo a qual os sistemas conotativos são *sistemas deformantes* (*Du Sens*, 99) em relação aos sistemas denotativos que lhes servem de expressão (o grifo é do A.), já que, explica Greimas, não se trata da existência, mas do modo de existência dos signos, e a *deformação* diz respeito à maneira de estruturar o sentido em cada um dos planos.

Tudo que acaba de ser dito vale, espera-se tê-lo mostrado, para qualquer espécie de discurso e não serve por isso mesmo para caracterizar o poético na sua especificidade. Se até agora foi atribuída uma importância exagerada aos processos de conotação na crítica e em quanto se ocupa com a literatura, é sem dúvida porque a preocupação maior tem sido com o conteúdo do discurso — com o sentido — e não com a estrutura semiótica ou

modo de produção — a forma, em suma — do mesmo. É aqui que os conceitos de forma e substância introduzidos por Saussure e desenvolvidos depois dele por Hjelmslev (*Prolegómenos*, cap. XV), cobra total oportunidade. A distinção em apreço permite afirmar com toda segurança que o sentido (a substância de Saussure) não pode servir como *definiens* de uma linguagem qualquer, pois é preciso ressaltar que por outro lado a mesma substância pode ser conformada de diferentes maneiras e, por outro lado, a relação entre forma e substância é totalmente arbitrária, portanto, logicamente necessária. Mas, se há indiferença quanto à substância (variável), o caráter de necessidade só poderá provir da forma (constante) (*ibid.*, 149-150). Cumpre observar aqui a bem da verdade que Hjelmslev se encontra a essa altura da sua obra suficientemente alicerçado para propor a definição de semiótica. Definição essa que *obriga o lingüística a considerar como objeto de estudo não somente a língua natural, a língua cotidiana, como também qualquer semiótica, isto é, qualquer estrutura que seja análoga a uma língua e satisfaça à definição dada.* (*ibid.*, 150). A idéia de que é possível fornecer uma definição tão geral que abranja todas as semióticas tem como fundamento a de que existe uma única estrutura imánente a todas elas e põe desse modo o problema da competência da lingüística em relação ao poético como algo inerente à natureza dela, o que supõe o rigor, a coerência e o desenvolvimento formal dados à teoria também no que tange à poesia. É preciso, pois, deixar claro que as citações ou referências saltuárias, ainda que numerosas, não dispensam a leitura cabal e seguida dos *Prolegómenos*, em que este trabalhinho em grande parte se inspira, sem pretender, pudera! imitar sequer a coerência e profundidade daquela obra com toda justiça famosa, mas que ainda está por dar os frutos que dela se pode esperar.

Que se deixe pois à conotação o lugar que lhe compete na determinação dos gêneros ou na caracterização dos discursos, poéticos e de qualquer natureza, enquanto expressão das realidades culturais e interessando desse modo à Antropologia, à Sociologia, à Psicologia e a outras ciências diretamente voltadas para o social. Trata-se, efetivamente, de sistemas com uma grande generalidade, a ponto de na prática não haver textos simples, ou seja, decodificáveis como sistemas únicos, e é porisso mesmo que a identificação dessa ou daquela isotopia conotada subjacente a um texto qualquer deixa de ser critério adequado à caracterização não apenas do poético, mas de qualquer semiótica particular ou individual, como quer Hjelmslev. (Sobre o assunto, V. *Prolegómenos*, 160—161 e também *Du Sens*, 93 ss.). Mas não reconhecer a competência da semiótica conotativa para decidir em questão de poesia não é de modo algum recusar a existência de uma semiótica desta natureza e não é portanto resolver nenhum problema a ela

concernente. Entretanto, se por um lado nunca se negou a universalidade da poesia ou melhor do poético como dado da experiência comum facilmente constatado com base na mera intuição individual, ainda que sob diferentes denominações e vária função social, por outro lado, os estudos sobre ela jamais foram além da paráfrase mais ou menos fiel e pertinente daquilo a que Saussure chamou substância e Hjelmslev, sentido, entendendo-se por essas denominações *uma matéria não lingüística* (*Prolegómenos*, III). De fato, todo esforço para se construir uma gramática do poético não passou entre os povos de descrições parciais, vãs quando muito para certos aspectos e certos gêneros cultivados por eles em razão da ideologia particular de cada um. Haja vista as *Poéticas* de Aristóteles e de Horácio. Esse esforço jamais produziu uma teoria e muito menos uma teoria dos sistemas de signos poéticos. Acresce que tais estudos, sempre que se voltam para o discurso *qua* discurso — estudo dos tropos - se limitam a considerá-lo como invólucro do pensamento, sem compromisso mais sério com a sua natureza semiótica. É claro que reflexões dessa ordem podem fazer-se a respeito de todo e qualquer tipo de discurso e não apenas do discurso poético enquanto poético, o qual continua assim inatingido na sua especificidade. Isso é devido a que essas *poéticas* nunca partiram de base dedutiva rigorosa, para buscar sua validação a seguir nas obras particulares. Ao contrário, elas são a definição de objetos individuais e se algo possuem de sistemático no tocante ao poético, devem-no antes ao que cada objeto dessa natureza possui em comum com os demais do que ao mérito da teoria rigorosamente construída segundo os requisitos do fazer científico, capaz por conseguinte de verificação em todos os poemas possíveis, sem se confundir com nenhum deles. Uma Poética como a de Aristóteles - não consta haja outras nem mais sistemáticas nem mais completas e sim meras retomadas privilegiando esta ou aquela parte já inserida no tratado do estagirita - acrescenta às considerações filosóficas sobre a natureza da arte (V. o momentoso problema da *imitação* ou *mimese*, como querem outros) uma série de normas do bom poetar, com toda evidência sacadas às obras existentes na civilização do A., todas elas propostas como padrão para se (re-) produzirem novos espécimes nesse clichês que a tradição tem a apresentar e cujos autores, modelares, são nominal e insistentemente citados. Nenhum estudo se propôs sequer levar a efeito a leitura do poético a não ser como uma forma mais ou menos feliz de se referir àquele patrimônio espiritual que constitui o passado cultural de cada um, vasto sem dúvida, mas nem por isso universal (humano) e identificável também sob outras formas de discurso (históricos, sociais, filosóficos, políticos, religiosos, etc.). Essa insistência exclusiva com as realidades cobertas pela substância do conteúdo acabou por mascarar sob o nome de poética o fato de que todos os textos

são sistemas de signos capazes, a esse título, de produzir e promover — conotativamente, é verdade - esses mesmos dados de substância no seu alcance social dentro da vida de cada povo. Igualmente confuso ficou outro fato, o de que todos os discursos, seja qual for o seu grau de conotação (já que conotados todos o são em algum nível), podem ser assumidos por outro tipo de discurso cuja característica está justamente em buscar a neutralização sistemática da conotação, a fim de manifestar sem ambigüidade a natureza polissêmica dos textos-objeto, sem se identificar todavia com eles. A distinção é nitidamente metodológica e significa que a ciência do fato poético deve ser concebida como sendo capaz de revelar esse mesmo fato e de explicitar ao mesmo tempo, por meio de um conjunto coerente de conceitos, o seu modo de articulação e estruturação, sem se preocupar com os efeitos de sentido que eles provocam, mas partindo de tais efeitos como um dado buscar elucidar os tipos de estruturas que os originaram. Tudo de acordo com o ideal que postula, ao falar dos discursos providos de sentido, um discurso sem sentido (*Du Sem*, 7).

O esforço de Greimas e dos seus colaboradores tem-se orientado nessa direção, mas é inegável que a estrada lhes foi apontada por Hjelmslev com sua definição de semiótica conotativa e principalmente com a descoberta de que os planos da expressão e do conteúdo são homologáveis (*Prolegómenos*, 89 e 143). Todavia a reflexão, inegavelmente profícua, que ao invés de ver no discurso um único sistema, ainda que contendo *desvios*, conduz à desmontagem desse mesmo discurso na sua polivalência de maneira a permitir a leitura de um segundo ou mais planos subjacentes aos textos, na medida em que é um estudo de conteúdo, será muito mais adequado — foi dito, à caracterização ideológica dos grupos sociais do que à interpretação do poético. É o que aliás prevê o próprio Hjelmslev (*Prolegómenos*, 161—162), retomado por Greimas (*Du Sem*, 96—101).

Foi por essa via que se chegou à determinação de mais de um código presente na totalidade dos textos, já que a cada um desses códigos pode ser aplicado o mesmo tipo de estrutura mínima que foi utilizado para a aferir o padrão lingüístico (da língua natural) que os suporta. Desfez-se assim a excessiva simplificação pela qual só há no fundo um tipo de discurso, manifestado em dois modos: o figurado e o não-figurado. Simplificadora pareceu também, na etapa seguinte, a redução literário não-literário, pois o conceito de literatura, tal como é descrita nos tratados sobre ela, acabou por desmascarar-se na sua carência definitiva; o que se costuma chamar literatura nada mais é do que o conjunto das produções conotadas dessa ou daquela civilização. E como a preferência por determinado com-

plexo de conotadores em vez de outro (V. *Prolegômenos*, 163—166) pertence ao domínio do ideológico, mudando por conseguinte com as diversas civilizações, não pode, insiste-se, servir de critério à determinação do que seja permanente em literatura, termo impróprio à luz do que se está procurando expor, e aqui empregado para designar algo de natureza semiótica (não necessariamente verbal), empiricamente perceptível, mas cuja apreensão em bases dedutivas só agora começa a ser aventada. Tudo leva a conjecturar que, uma vez fixado o âmbito das semióticas conotativas de acordo com o seu verdadeiro alcance, (não é o poético), e definido este como sendo, à diferença daquelas, *um discurso autônomo que comporta em si suas próprias leis e sua especificidade intrínseca* (*Essais*, 6), o enfoque semiótico passará a ser o único adequado às considerações sobre esse discurso. Isso será possível com a condição de que, partindo do efeito de sentido como um dado, singelamente recebido à apreensão do texto pelos sentidos, se exclua, por não específica, toda e qualquer observação sobre o conteúdo, para levar em conta apenas a estruturação particular da linguagem - esta sim, específica — a qual consiste essencialmente nisto: *o significante sonoro - e, em menor escala, gráfico - entra em jogo para conjugar suas articulações às do significado, provocando com isso uma ilusão referencial e convidando-nos a receber como verdadeiras as afirmações do discurso poético cuja sacralidade fica assim fundada sobre a sua materialidade* (*Essais*, 7).

A determinação de um lugar de eficácia às línguas de conotação e o conseqüente reconhecimento da sua inabilidade fora desse campo, por exemplo no tratamento racional da poesia, só se tornaram possíveis depois que os *Prolegômenos*, com suas formulações teóricas dedutivas permitiram a organização das mesmas em sistemas coerentes pelo menos o bastante para servirem de fundamento às investigações. Seria ilusão pensar que essa, por assim dizer, superação dos sistemas conotados tem correspondente adequado e igualmente formal para substituí-los nos estudos sobre o poético. Todos os estudiosos do assunto são unânimes em declarar que o esforço em prol de uma ciência do poético reclama ainda por seu Hjelmslev, pois são em grande parte conjecturais. A própria idéia de discurso, em que a existência da poesia como realidade autônoma, isto é, de unidades lingüísticas mais amplas do que o período gramatical, a própria idéia de discurso é recente, estando ainda por ser desenvolvida e validada. Tudo é visto - era forçoso — ainda à luz e pelos moldes da única semiótica que já existe *qua* semiótica, a saber, aquela que se caracteriza por ter construído para si um objeto e uma metalinguagem ou linguagem descritiva, específicos, a qual fala desse mesmo objeto sem porisso confundir-se com as realidades (coisas) de manifestação - textos-ocorrências - que fornecem a comprovação de

uma e de outro. É provável que o modo de articulação de todos os discursos seja semioticamente falando, um só e que os mesmos elementos estruturais que compõem o período venham a ser verificáveis do ponto de vista metodológico no nível do discurso, mas isso só pode ser afirmado em definitivo *a posteriori*. Presume-se que toda linguagem, contanto que linguagem, é constituída por unidades que se articulam (morfologia) e que se articulam segundo certas leis de funcionamento (sintaxe). O discurso construído para manifestar uma e outra faz surgir o que se chama gramática dessa linguagem. Na prática as coisas se passam, segundo Greimas, cujo pensamento estamos procurando seguir, mais ou menos assim: o texto poético, o poema, é apreendido no seu estado de coisa como um signo ou unidade de significação, e não há interesse algum, quanto à comunicação, em vê-lo a não ser como signo. (Sobre a impossibilidade de se ter uma função de signo se não for pela união solidária de uma expressão e um conteúdo, impõe-se ver *Prolegómenos*, cap. XIII *Expressão e Conteúdo*). Entretanto, nenhuma atividade visando à sua interpretação pode deixar de considerá-lo enquanto realidade complexa. Será então preciso que *uma nova leitura, de que o primeiro passo é conhecido pelo de nome de recorte (découpage) lhe imponha [a esse signo] as suas articulações e o transforme assim em objeto poético* (grifo do A.) (*Essais*, 10). A observação que se segue, segundo a qual *a divisão do texto em partes não é uma simples segmentação sintagmática, mas é também uma primeira projeção no texto de uma ordem sistemática e hierárquica*, com a sua conseqüência, a de que o objeto poético não resulta da descrição exaustiva do signo (não esquecer que *signo* aqui é o mesmo que *poema*), levam a inferir que se trata antes de uma *classificação* (operação ao nível do sistema) e não de simples *recorte (découpage)*. Tudo de acordo com a lição de Hjelmslev (*Le Langage*, 56—57), cujas definições de *relação — função (dependência, correspondência) que existe entre os signos ou entre os elementos no interior de uma cadeia* e de *correlação - função existente entre os membros de um paradigma* - põem a claro a maior ou menor complexidade das operações com elementos de um ou outro eixo da linguagem. É de toda conveniência esclarecer que a crítica não semiótica — a boa - sempre intuiu, sem sentir a necessidade de explicitá-lo, tratar-se de um processo de significação em que o signo dito literário possui natureza diferente da das línguas naturais em que se apresenta. Daí preocuparem-se os críticos apenas com o conteúdo. Nem é menos conveniente recordar o que acima se dizia quanto às, segundo o A., ampliações da Glossemática ao tratar das linguagens de conotação e das metalinguagens (*Prolegómenos*, cap. XXII) e quanto ao alcance dessa formalização dos sistemas semióticos complexos para a elaboração da ciência dos discursos, em particular, do discurso poético. Tratando-se de fato, no caso do poético, de uma

linguagem em diversos níveis, de nada servirá o simples recorte sintagmático (*decoupage*) no nível da linguagem de comunicação, pois isso conduziria apenas aos *disiecta membra* do que fora o poema e jamais aos componentes daquele formidável concerto de funções que mutuamente se interpelam de um a outro plano do discurso, que se repetem e ao mesmo tempo se renovam, sempre as mesmas e sempre outras, num *alius et idem* contínuo.

Embora se tenha declarado de início e sem discutir a base epistemológica deste artigo - que é a mesma do autor cujas idéias sobre o poético foram seguidas —, e apesar da intenção também explícita de que elas sejam metodológicas, no conjunto o que aqui foi dito não vai muito além das considerações visando a possibilidade de conhecimento formal do discurso poético. A discussão anterior não toca todos os pontos nem atinge os pormenores desenvolvidos por Greimas. Mas ao propósito do artigo bastam os aspectos assinalados. Outros avanços dos *Essais*, serão apontados, conforme aliás o espírito desse A. *em cours de route*. Fiel contudo ao pensamento da epígrafe (V.), intentar-se-á à guisa de ilustração, e só a esse título, a análise de um texto ocorrência. A escolha é arbitrária, algo aleatória e depende das razões pessoais - preferências, formação acadêmica, outros condicionamentos individuais. Não há nela, portanto, julgamento prévio a não ser o de admitir que o texto é um poema, com o sentido de que é um discurso (não um conjunto de períodos gramaticais), um discurso poético porque *é percebido* como tal. A análise consistirá em verificar a correspondência entre as partes que compõem o texto tomado e os princípios teóricos construídos de maneira por quanto possível dedutiva. O que significa em suma que o poema vai ser assumido, pelo menos é o que se pretende, como discurso-objeto pelo discurso metalingüístico e é ao mesmo tempo o lugar de validade deste. É bem verdade que falta muito às elucubrações destas páginas para já serem uma gramática. Mas, como, por um lado, não se está aqui elaborando em primeira mão uma teoria do discurso e sim referindo-se às idéias de outrem sobre o assunto; como, por outro lado, essas idéias são expressa e insistentemente consideradas incipientes e lacunares, parece razoável esse confronto até mesmo freqüente do abstrato com o concreto. Não que se esteja confundindo os dois métodos, nem que se deva vacilar quanto à natureza das operações teóricas: elas são por essência dedutivas, e nenhum objeto particular — nenhum poema, no caso —, por mais extenso, rico e desenvolvido, equivale jamais em sua intensão (-compreensão) a um pensamento dedutivamente construído.

Seja, pois, o seguinte poema de Mário Quintana, que se transcreve com as devidas precauções quanto à exatidão de *Antologia Poética*,

Editora do Autor, Rio, 1966, p. 126:

Camões.
Seu nome retorcido como um búzio.
Nele sopra Netuno...

A experiência estética, que é evidentemente de natureza psíquica, pode ser realizada de duas maneiras: primeiro como manifestação espontânea nas reações do público (a emoção, o arrepio criado por um poema), depois como manifestação refletida na interpretação. (La Stylistique, 119—120). Cumpre advertir que é da segunda perspectiva que se situam as considerações presentes. Nem há preocupação alguma com se dizerem coisas percucientes. Apenas o que a média dos leitores poderia perceber à leitura do poema, valendo-se para isso da sua competência em 1) língua portuguesa; 2) aqueles outros elementos fornecidos em geral pela sociedade a todos os seus membros, quer informalmente na vida quotidiana de trabalho e lazer, quer de modo sistemático através de instituições tais como a escola e que formam a média cultural dessa mesma sociedade, ou seja, a sua ideologia; e, é claro, 3) algo que se fosse preciso denominar, hesitar-se-ia entre apelações vagas do tipo vocação humana, ideal humanístico, sentido da poesia, ou menos bem, sensibilidade, bom gosto, etc., tudo aquilo em suma que se deixa de ter em função do grau de mediocridade em que cada um deixa mirrar, à falta de GENEROSIDADE, a sua substância própria de ser humano.

Dentro desses limites, ideológicos e não semióticos, será simples circunscrever, parafraseando-o, mais ou menos assim o conteúdo (a substância do conteúdo) do poema de M. Quintana: a palavra *ode* do título, mais o nome do grande épico luso que vem de seguida lembram logo *canto em louvor do célebre poeta português*; a conotação ligeiramente pejorativa de *retorcido* e de *búzio*, empregados figurativamente para qualificar um ser humano forma um belo contraste - antítese - com a transfiguração do objeto em instrumento de um deus ! Quanto a *fragmento*, a outra palavra do título, com as idéias de truncamento, interrupção, lacuna, que parecem continuar na brevidade da composição e na sintaxe rudimentar, paratática em três períodos simples e justapostos, tudo parece sugestivo do conceito que temos desse poeta, grande e de estilo, para nós, arrevesado (cf. *retorcido*). Entre as figuras consagradas pela cultura ocidental, há que

distinguir e ressaltar, a *metáfora* em *retorcido*, um *concreto pelo abstrato*, figura atenuada pela *comparação* explícita (**como um búzio**); há também a **alusão mitológica** *nele sopra Netuno*; e mais a exclamação e as reticências.

Entretanto, em nenhum desses códigos está a poesia; não no da língua portuguesa, pois ela significaria o que significa independentemente de qualquer fazer poético; não nos recursos estilísticos utilizados: métrica, tropos, ritmo, ainda que catalogados como específicos da literatura pelas poéticas tradicionais, são códigos ou por demais rotineiros ou típicos de determinadas épocas e não podem por si criar novas entidades de significação, nem no todo nem nas partes. Tampouco a inclusão de elementos modernistas no poema; eles são igualmente rotulados. Além do mais são muito poucos esses elementos todos para formarem qualquer dos tipos de poema classificados por aquelas poéticas. Apenas alguns indícios de poesia no sentido acadêmico: o número de versos: três eram as estrofes em cada conjunto num certo tipo de ode clássica: estrofe, antístrofe e epodo; o aparente início de cadência lírica do esquema decassílabo do segundo verso, logo truncado; as figuras enumeradas há pouco e mais um ícone da paisagem marinha *búzio*. Isso é muito pouco, pouco e caótico para criar a atmosfera própria do poema conforme uma certa definição, que aliás por prender-se a determinado espaço de tempo, não poderia mesmo servir, insiste-se, a fazer do texto um poema. Bem mais feliz é o princípio de Jakobson da *projeção do eixo de equivalência sobre o eixo de combinação*. Segundo esse princípio, a similaridade se torna contiguidade, o paradigmático, sintagmático. É o que parece ocorrer no poema de M. Quintana com uma certa profusão: *Camões*, enquanto substantivo, expresso sem nenhum termo que o reja, pede, de acordo com a lei do sintagma, um verbo, cópula ou aposição que o prossiga; no entanto, é outro nome, isto é, outro termo da mesma classe que o sintagmatiza; *nele* anaforiza, por intermédio de *ele* qualquer dos três substantivos que o precedem no texto, já que todos possuem as mesmas marcas gramaticais de gênero e número; e enquanto nomes, todos eles podem ser regime, ou continuador sintagmático de *soprar em*; o léxico no entanto, só libera como complemento de *soprar* o termo *búzio*. Isso se deve a que, numa análise de unidades menores que as do léxico, verifica-se que só uma das condições do sintagma se preencheu (a da diferença de classes morfológicas). Mas falta uma segunda, de ordem léxica justamente. De acordo com tal condição, só podem combinar-se na cadeia discursiva elementos que tenham em comum certos traços semânticos. Nesse caso, o aparecimento na mesma cadeia de termos contendo traços que normalmente deveriam excluir-se, pode e deve ser considerado como uma combinação feita às custas de componentes de um paradigma, a fim de produzir o senti-

do, ou seja, trata-se de um processo de significação, como tal computável dentro da economia específica do texto ocorrência. Esse princípio, o da leitura paradigmática em vez de sintagmática, é certamente fecundo e conduz a uma certa sistemática no tratamento dos textos. Nem é difícil, aplicando-o ao nosso texto, por exemplo, apontar com uma certa clareza e sem forçar nenhuma delas como exclusiva, como também, sem limitar o estudo do texto literário à quietude atomizante da norma e do desvio (*écart*) é possível, dizia-se, apontar certas direções de leitura: 1. poder-se-á examiná-lo pelo paradigma de *Nele ele = Camões sopra Netuno* e entender-se *Netuno* como sendo o astro do poeta; nesse caso, a divindade nada mais é do que a hipótese da inspiração épica; 2. ao invés, *ele* retoma *nome*, isto é *Netuno sopra no seu nome*: nome seria percebido como a épica de Camões, o seu estilo *retorcido*, toda a cultura (ou a nossa ideologia?) sobre ele; ou por outra, materialmente, *nome* corresponderia à própria palavra (ao significante) *Camões* como alegoria do poeta e sua obra; 3. seria possível ainda tomar **ele* como equivalente de *búzio* e então nenhuma transfiguração haveria nos dados da cultura no âmbito do poema, mas a Mitologia Romana é que regularia o curso da imaginação. Esta haveria de ser tanto mais rica em efeitos de sentido, em associações, quanto maior fosse o cabedal de informação de cada qual no campo específico do classicismo greco-latino. Pode ser interessante verificar os outros sintagmas do poema à luz de cada uma dessas leituras. Por útil que seja a aplicação do princípio jakobsoniano, ele parece não servir de fundamento ao poético em sua especificidade de discurso autônomo. Por um lado, Lévy-Strauss o mostrou na sua análise do mito, a organização paradigmática não é exclusiva do poema; por outro lado, é possível determinar uma sintagmática, ainda que em nível mais profundo, também no que tange aos discursos poéticos (cf. *Essais*, 9-10). Mas a razão principal de se postularem novos fundamentos para o estudo do fenômeno poesia é o próprio desenvolvimento da lingüística como ciência, a qual, no seu progresso, traz, era de se prever, conseqüências par» tudo que diz respeito à linguagem. Já Hjelmslev preconiza (V *Prolegómenos*, 98, com grifo meu) Da mesma forma que o plano da expressão pode, *através de uma análise funcional*, dissociar-se em componentes com relações mútuas (*como no velho descobrimento da escrita alfabética e nas modernas teorias fonêmicas*), também o plano do conteúdo pode dissociar-se *por meio de tal análise* em componentes com relações mútuas, sendo que esses componentes podem ser menores que os conteúdos mínimos do signo (V. também 89 e 143). Ora, na Glossemática essa homologia entre as estruturas da expressão e do conteúdo decorre naturalmente da solidariedade que une os dois planos, e é portanto válida para qualquer discurso, desde que seja situada no nível das estruturas profundas, o das *figuras* de Hjelmslev.

Nesse nível, as unidades mínimas são femas e semas respectivamente para a expressão e o conteúdo. O mesmo não poderia ser dito nem das estruturas de superfície, cujas unidades são fonemas e sílabas (expressão) e sememas ou enunciados semânticos (conteúdo) e menos ainda das estruturas de manifestação, com seus fonemas realizados e seus lexemas. Por nível profundo, deve-se entender aquele em que a descrição, ultrapassando as dimensões do signo, chega até às unidades menores dos dois planos, isto é, em suma, aos femas e aos semas, como ficou dito. Não será difícil observar que só no nível dos femas e dos semas enquanto realidades puramente construídas, é que existe correspondência de um para um, não no sentido estatístico de que a cada fema deva corresponder um sema, mas de que estas são as unidades mínimas para cada plano, vale dizer, além das quais não é possível prosseguir a análise lingüística, ou ainda, de que os dois se encontram a igual distância, melhor ainda, a igual número de instâncias antes de se chegar à manifestação. Quanto aos outros dois níveis, o normal é que o número de unidades da expressão seja sensivelmente maior do que o das de conteúdo. Essa parece ser a formulação mais rigorosa da não motivação do signo — *arbitrariedade* — e por conseguinte da necessidade com que significante e significado mutuamente se invocam. E se se admite o postulado básico da correlação dos dois planos em poesia, ter-se-á determinado o lugar decisivo para a descrição do discurso poético com base na dedução e não mais no signo nem no sintagma, que enquanto realidade da manifestação, são decomponíveis em novas unidades, prestam-se a novas interpretações e vêm a ser dessa forma responsáveis pela multiplicação dos conceitos, sem contudo chegar a um resultado coerente, exaustivo e simples, à teoria do poético em suma. O ideal para o poeta, a sua, pode-se dizer, grande façanha parece estar justamente em produzir um discurso tão econômico que estabeleça a correspondência de um para um em todos os níveis, inclusive o da manifestação. É isso que a redução da distância entre significante e significado; a motivação ou passagem do período gramatical ao discurso permitem observar.

É evidente que se isso for verdadeiro, deverá confirmar-se com a experiência dos textos empíricos que a realidade oferece.

Voltando agora ao poema de M. Quintana, seria preciso vê-lo desde já não mais como uma série de desvios nem como uma projeção dos paradigmas num sintagma, mas como um discurso uno que vai do primeiro ao último verso, ou melhor, do primeiro ao último fema, organizando-os um por um em função de cada sema, incomodando-se o menos possível com as dimensões gramaticais próprias da linguagem natural, a não ser

como ponto de partida para a criação do signo poético. À falta de uma gramática construída de acordo com esse princípio, tentar-se-á fazer ao poema escolhido uma ou outra observação à maneira greimasiana, sem pretender, é claro, a mesma coerência de um grupo organizado que vem trabalhando sistematicamente o assunto já faz tempo.

Por questão de sinceridade, será preciso adiantar que não se sabe a essa altura das cogitações qual vai ser o resultado delas. Parte-se da intuição que se teve à leitura singela do poema e a que se se tivesse que dar um nome, dever-se-ia talvez chamar, sem querer complicar nada, correlação da isotopia fêmica da nasalidade com a isotopia sêmica da *marinidade*.

Duas observações cabem aqui: 1. *isotopia* - o termo não foi conceituado neste trabalho. Ele ocupa todo um vasto capítulo da obra de Greimas (V. *Sémant. Str.*, 69—101) e pode ser tomado aqui, simplificando muito, com o sentido geral de reiteração de unidades lingüísticas de qualquer dos planos, recordando que, aplicado à expressão, o conceito é considerado pelo próprio Greimas (V *Essais*, 16) como tendo sido tomado por empréstimo ao conteúdo; 2. *marinidade* - o neologismo é necessário por se tratar de dar nome a uma realidade da estrutura profunda, construída dedutivamente, sendo que o sufixo *-dade* (Fr. *-té*), por sua força de abstração, foi o escolhido na semântica greimasiana para designar as unidades mínimas da significação. O poema como signo, a saber, como um todo discreto, embora complexo, pelo fato de ser formado por uma seqüência de signos da língua portuguesa, apresenta-se assim disposto na página: uma linha escrita em caracteres maiúsculos; um branco; um conjunto de três linhas em escrita normal, sem que os limites da folha de papel obriguem à superposição. Em virtude dos nossos hábitos e convenções quanto à escrita, presumir-se-á, antes da leitura dos signos em língua portuguesa, que se trata de um discurso único, formado por um título e um texto em versos. Até mesmo o cunho algo patético dos versos é legível de relance já que a feição distinta da das letras, e sua localização no fim das linhas, dos três índices de prosódia utilizados os põem em destaque especial. Ora, o caráter marcadamente convencional desses expedientes os torna impróprios à criação por si mesmos do poético. Não resta dúvida de que a simples quebra de convenção pode fazer, como foi visto, surgir o novo sentido, e transforma esses recursos em signos (coisas, segundo Greimas), mas nada antecipa quanto a sua organização estrutural em forma de discurso, muito menos quanto ao discurso poético. Este só aparecerá quando os elementos da expressão - os femas — se ordenarem paralelamente aos novos conteúdos produzidos, de maneira que se possa efetuar a leitura do poema sobre os dois planos. Embora se

percebiam outros fenômenos acústicos apreciáveis que precisariam ser tomados em conta, se se visasse à análise do poema em si, aqui só se tratará da nasalidade porque o fito é ilustrar um princípio, repete-se, e não o estudo particular deste ou daquele objeto.

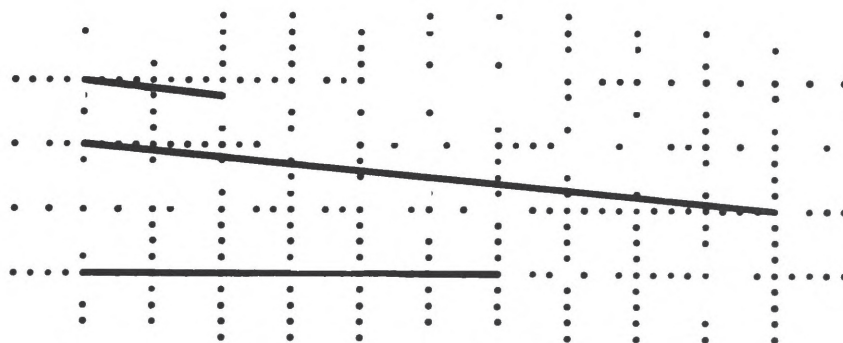
Começando pelo plano da expressão e deixando de lado certas variantes livres (não é plausível que elas possam alterar por si o curso desta breve análise), eis a transcrição fonética pelo menos aproximada que se pode dar dos versos de M. Quintana, com atenção especial aos traços de nasalidade:

I kã 'mõiz |
 | seũ | | 'nomĩ | | retor'sidu | | kãmü ||*buziu|
 | 'neli | | 'sopra | | 'ne'tũnu |

em que se procura salientar a presença dominante da nasalidade aproveitando as três zonas da sílaba: inicial, central e final. O esquema métrico para os três versos é o seguinte:

U-|
 U ' | UUU - | UUU - |
 'UI-UUI-U '

Faltam ao esquema indicadores para a entoação de cada verso, mas esta poderia representar-se mais ou menos assim, já que cada verso faz parte de um período gramatical explicitamente indicado pela pontuação:



No gráfico se procura dar conta da inflexão geral da voz ao proferir cada verso, além da dimensão de cada um deles e da interrupção do último na sexta sílaba.

O predomínio da nasalidade é patente e se manifesta através de sete articulações consonânticas, sendo três bilabiais: | -mõĩz |, | mi | e | mü | e quatro dentais: | 'nõ- |, | -ne- |, | ne- | e | -n- |. Quanto à vogais, dez das dezoito que formam o poema possuem por força da sílaba a que pertencem pelo menos um traço nasal, quer na parte central, quer em uma, quer nas duas margens ou ainda nas três zonas, como é o caso de | -õ- | da sílaba | -mõĩz |. Além disso, a primeira medida (ou pé), que toma todo o primeiro verso e coincide com o vocábulo *Camões*, é inteiramente repetida na primeira medida do segundo verso; esta primeira medida do segundo verso se manifesta nas sílabas *seu e no-*; ora, se se considera que em outro nível de leitura - o semântico, à percepção do sentido não é necessário se retenham todos os femas, havendo mesmo eliminação das redundâncias, pode-se afirmar que também no nível dos semas há repetição, já que *seu no (me)* é a retomada metalinguística de *Camões*. Sendo assim, a identidade prosódica corresponde uma equação tendo por termos os conteúdos, que é corroborada pelo nível fônico. E dado que a nasalidade, iconizada pela prosódia, é o traço mais saliente dessas homologias, será lícito apontá-la como um dos elementos constitutivos do discurso, de acordo com o postulado básico, o da correlação da expressão e do conteúdo no texto poético. Seguem-se, completando o segundo verso, dois pés cortados pelo mesmo molde segundo o esquema: UUU $\overline{\quad}$. Deve-se observar que qualitativamente esse esquema é o mesmo das seqüências já descritas: mesmos elementos e mesma ordem: sílaba (s) átona (s) seguida de sílaba tônica. Apenas o número de átonas é reiterado, podendo-se tomar a insistência como sendo o correspondente prosódico da adjetivação superlativa (cf. *re-* em *retorcido*) do plano do conteúdo. Nesses dois pés, os dois últimos do segundo verso, a primeira átona é constituída pela última sílaba de um vocábulo, ao passo que as três sílabas restantes do pé pertencem a outro ou outros vocábulos. Dessa forma, a contigüidade sintagmática se acha reforçada de termo a termo pelas unidades prosódicas reguladas pela métrica: | miretor'si |, | dukõmü'buz (iü) |. No que diz respeito ao conteúdo, as seqüências cobertas por essas duas medidas são redutíveis à relação determinante-determinado no confronto com o termo *nome*, e o todo constituído pelo que vai de *seu nome* a *búzio* pode ser considerado em suma como uma **definição** da **denominação** *Camões*, tomada como sendo a sua *metassemia* (V. B.Pottier, *Présentation de la Linguistique*, 239, cit. de Rastier, in *Essais*, 83). Aqui também o levantamento e a ponderação dos traços fêmicos darão como dominante o

da nasalidade, que será mais uma vez a característica física (acústica) da seqüência.

Já a essa altura seria talvez possível tentar o cômputo de alguns traços semânticos que se repetem de um lexema para outro, podendo ser colocados como índices da ideologia investida no poema e não apenas estabelecer a correlação de elementos prosódicos e sintáticos, que é o que se fez até aqui. Nisso se pensará em seguida. Importa agora notar que o verso seguinte, o último, apresenta a particularidade de mudar a cadência: em lugar da seqüência observada nas medidas anteriores, tem-se nova ordem das sílabas nos pés restantes: primeiro tônica, depois átona, e não o inverso. Dessa forma, se se puser qualquer pé dos dois primeiros versos em face de qualquer pé deste último, obtém-se que um reflete em espelho, com pequena margem de desconto, a imagem do outro: U —´ : —´ U; ou UUU —´ : —´ UU. Dado que a inversão do esquema prosódico é concomitante à introdução do lexema *Ne tuno*, parece normal a associação dos dois fatos, pelo menos enquanto fenômenos novos; dir-se-á então: nova personagem, nova cadência. Ocorre entretanto que a primeira medida deste verso contendo a sílaba que recebe o acento tanto métrico quanto de palavra, momento forte portanto da seqüência, faz, por seu conteúdo três vezes anafórico, convergirem para este ponto do poema todos os agentes do discurso, numa densa concentração dos semas principais. Neste caso, a quebra da regularidade, que vinha da primeira medida, em paralelo com o plano do conteúdo, em vez de interromper o fluxo sêmico, toma-se por sua vez significante expressivo dela, já que a unidade é mantida também pelos componentes de outro nível, o sintático, ou seja, o do conteúdo. A nova medida prossegue nos dois pés restantes formando uma nova regularidade prosódica, sempre em paralelo com o conteúdo, pois das unidades sintagmáticas cobertas por essas duas medidas, uma é o predicado (complemento sintático) de *Netuno*, enquanto sujeito. Assim se pode falar numa regularidade de *Camões* semânticamente instrumental, cujo signo prosódico seria U —´ e numa regularidade de *Netuno* correspondente, semânticamente instrumentalizante e tendo como signo prosódico —´ U. Como cobertura geral devem-se registrar no plano da expressão, mas em correlação com o do conteúdo, a presença marcante do fema nasalidade, sob a dominância do qual se pôs a presente descrição. A análise desse traço não será contudo feita de modo sistemático, nem em si nem em sua correlação com os semas do plano do conteúdo, o que justificaria o seu estudo. Desse ponto de vista, houve um certo abuso no emprego dos termos fema e sema. Teria sido mais apropriado falar em traços mínimos de um e do outro plano. O trabalho se contenta com apontar certas correspondências entre os dois planos decompostos em alguns dos seus ele-

mentos constitutivos, sem porisso chegar ao nível mais profundo dos femas e dos semas, como unidades lingüísticas mínimas. Uma investigação com tal profundidade começaria, é de se crer, no ponto em que o assunto é aqui deixado. À guisa de conclusão, seria preciso declarar que a presença no poema de lexemas como *Camões* e *Netuno*, termos fortemente conotados de ideologia portuguesa - isso independentemente do poema de M.Quintana — e mais as entidades paradigmáticas e sintagmáticas que lhes dão estatuto e seqüência no texto; isso e mais as correspondências com o plano da expressão que se procurou mostrar serem portadoras de sentido, tudo parece autorizar, em conformidade com a lição de Greimas, se proponha a redução da distância entre significante e significado como postulado básico do discurso poético. No caso em apreço, esse postulado tomaria a forma de uma correlação entre a nasalidade - *Camões-Netuno* - e a marinidade típica da ideologia portuguesa.

O presente artigo se reporta continuamente à obra de L.Hjelmslev e à de A.J.Greimas, cujas idéias e cuja terminologia se procurou seguir.

A lista dessas obras e de algumas outras citadas no decorrer do trabalho é, com indicação entre parênteses das abreviações acaso utilizadas, a seguinte:

- HJELMSLEV, Luís, — Prolegómenos a uma teoría del Lenguaje, G redos, Madri, 1971 (Prolegómenos) — Le Langage, Minuit, Paris, 1966 — Essais Linguistiques, Minuit, Paris 1971
- GREIMAS, Algirdas Julien — Sémantique Structurale, Larousse, Paris, 1966 (Sém. ou Sémant. Str.) — Du Sens, Seuil, Paris, 1970
- GREIMAS, Algirdas Julien e outros — Essais de Sémiotique Poétique, Larousse, Paris, 1972 (Essais)
- GUIRAUD, Pierre e KUENTZ, Pierre — La Stylistique, Klincksieck, Paris, 1970.

Two basic ideas of Hjelmslev, taken up later by Greimas, the basis of the following thoughts: (1) the distinction between metasemiotics and connotative semiotics; and as consequence of the former: (2) it is invalid to treat a text as though it were structurally homogeneous, that is, comprised of a single semiotic system. These ideas paved the way to semiotic studies - on a linguistic base - and permitted us to see works as texts, and not as a sum of grammatical points. The article attempts to validate such a view-point and with that objective analyses a short poem by Mário Quintana.

Deux idées de Hjelmslev principalement, reprises ensuite par Greimas, sont à la base de ces quelques réflexions:

- 1) la distinction entre métassémiotiques et sémiotiques de connotation. Et, comme conséquence de celle-ci,
- 2) l'affirmation selon laquelle ce n'est pas valable de prendre un texte comme étant structurellement homogène, c'est-à-dire, composé dans un système sémiotique unique.

C'est grâce à ces deux idées que la voie a été ouverte aux études sémiotiques - de base linguistique - et ce sont elles qui ont rendu possible de voir les oeuvres, *littéraires* ou non, en tant que textes et non pas en tant qu'ensemble de phrases. Dans cet article, l'auteur cherche à mieux comprendre ces propos en même temps qu'il tâche de les valider dans un petit poème du brésilien Mário Quintana.